



ANAIS DA ASSEMBLÉIA

Nº 97

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 30 DE JUNHO DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PFL

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PPB

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretária - PPB

ÂNGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo.....	Deputado Valdir Rossoni
PFL.....	Deputado Plauto Miró
PTB.....	Deputado Valdir Rossoni
PMDB.....	Deputado Orlando Pessuti
PPB.....	Deputado Augustinho Zucchi
PT.....	Deputado Péricles H. de Mello
PDT.....	Deputado Edgar Bueno
PL.....	Deputado Horácio Rodrigues
PSN.....	Deputado Emerson Nerone
PSDB.....	

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zambuso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró - Guimarães - Remy Borsatto - Walnor Trentini; PTB - 11: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - José Tavares - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmia da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Tecky Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florivaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 63ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
30 DE JUNHO DE 1998
(terça-feira)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aníbal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Ironi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 029/98

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a incorporar a Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão à Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Visa ainda, o plano de lei em referência, autorizar a abertura de créditos suplementares ao Orçamento Geral do Estado, até o limite de R\$3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais), para atendimento de despesas com a pretendida incorporação, objetivando também, a criação de cargos para o pessoal Docente e Técnico-Administrativo, conforme especifica.

A presente proposição, que consulta aos superiores interesses da Administração e da Comunidade, decorre do resultado de estudos conjuntos das Secretarias de Administração, Fazenda e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, tendo esta apresentado a adiante transcrita justificativa, ressaltando a conveniência e oportunidade de que se reveste a medida.

"A Faculdade Municipal de Francisco Beltrão - FACIBEL, desde a sua criação em 1974, vem contribuindo substancialmente, através da oferta especializada de ensino superior, para com a região em que se insere. No momento a faculdade está vivenciando uma realidade que exige uma reorganização estrutural e pedagógica que seja voltada à vocação regional, para que possa, desta maneira, atuar dinamicamente na realidade social, cultural e política do Sudoeste, considerando ser aquela região menos atendida com o ensino de 3º grau paranaense.

A decisão de estadualização da FACIBEL extrapola grandes considerações, face desde 1994, com a Lei nº 11.020, o Governador do - Mário Pereira - haver autorizado repasse financeiro à FACIBEL, até a sua "...efetiva estadualização..." razão pela qual desde então, o Estado tem repassado, anualmente, através de Termo de Cooperação Financeira, verba de R\$400 mil reais, que está sendo aplicada no pagamento das despesas com a manutenção da faculdade e, desta forma, ocasionando o barateamento da anuidade escolar daquela faculdade municipal.

A opção pela incorporação da FACIBEL, na figura de Campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, dá-se em função da proximidade das duas instituições, ficando o município a 150 Km de Cascavel, município sede da UNIOESTE, com toda uma estrutura formalizada para recebê-la e chances de desenvolvimento maiores do que na figura de faculdade isolada. A intenção já foi aprovada pelo Conselho Universitário da UNIOESTE, através da Resolução nº 022/96."

Certo de que a medida proposta mercará dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 30.06.98.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar a Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão à Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, procedendo aos ajustes de natureza acadêmica e administrativa necessárias.

Art. 2º - A receita financeira do Campus terá a mesma proveniência descrita na Lei Estadual nº 8.680, de 30 de dezembro de 1987, Artigo 5º, que autorizou a instituição da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar até o limite de R\$3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais), para atender despesas com a incorporação da Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão - FACIBEL à Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, utilizando como recursos as formas previstas no parágrafo 1º, ao art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, o patrimônio registrado sob a matrícula nº 13.683, do Cartório de Registro de Imóveis do 2º Ofício da Comarca de Francisco Beltrão.

Art. 5º - Ficam criados setenta e seis cargos públicos de Professor de Ensino Superior, que comporão o Quadro de Pessoal Docente do Campus.

§ 1º - Os cargos compõem a Carreira do Magistério das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná, criada e disciplinada pela Lei Estadual nº 11.713, de 07 de maio de 1997 (Capítulo I).

§ 2º - A carga horária correspondente aos cargos é de duas mil e nove horas semanais, sendo vinte e cinco cargos com regime de trabalho parcial de nove horas, dezesseis cargos com regime parcial de vinte e quatro horas, quatro em tempo integral de quarenta e oito horas e trinta e um em regime de dedicação exclusiva.

§ 3º - O provimento dos cargos se dará por Concurso Público de Provas e Títulos.

Art. 6º - Ficam criados cinquenta e três cargos de Agente Universitário, que comporão o Quadro de Pessoal Técnico Administrativo do Campus.

§ 1º - Os cargos compõem a Carreira Pessoal Técnico-Administrativo das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná, criada e disciplinada pela Lei Estadual nº 11.713, de 07 de maio de 1997 (Capítulo II).

§ 2º - A quantidade dos cargos está especificada por classe e função do Anexo I.

§ 3º - O provimento dos cargos se dará por Concurso Público de Provas e Títulos.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Leis Estaduais nºs 9.484/90 e 11.020/94 e demais disposições em contrário.

ANEXO I

CLASSE	FUNÇÃO	QUANTIDADE
II	Ajudante Geral	03
II	Zelador	04
III	Operador de Copiadora	02
IV	Auxiliar Administrativo	08
IV	Auxiliar de Cozinha	01
IV	Auxiliar de Biblioteca	02
IV	Auxiliar de Laboratório	01
IV	Digitador	01
IV	Telefonista	01

ANEXO I

IV	Vigia	04
V	Motorista	02
VI	Assistente de Processamento de Dados	02
VI	Operador de Som e Imagem	01
VII	Técnico Administrativo	10
VII	Técnico de Contabilidade	02
VII	Técnico de Laboratório	02
VII	Técnico de Restauro e Conservação Bibliográfica	01
VIII	Bibliotecário	01
VIII	Contador	01
VIII	Psicólogo	01
VIII	Técnico de Planejamento	01
VIII	Técnico de Finanças	01
VIII	Técnico em Assuntos Educacionais	01

TOTAL		53
--------------	--	-----------

MENSAGEM Nº 030/98

Curitiba, 26 de junho de 1998.

Senhor Presidente.

Nos termos do preceito contido no art. 64, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciada por esse egrégio Poder Legislativo, a presente proposta de Emenda Constitucional, visando a supressão do art. 59 e seu parágrafo único do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da referida Carta.

O dispositivo que se propõe seja retirado do texto constitucional, é, hoje, nada mais que "letra morta". O questionado art. 59 e seu parágrafo, previam, no prazo de até dois anos (já vencidos em 05.10.91), a instituição e implantação da Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu, UNIVALE, mantida pelo Estado do Paraná, que reuniria seis instituições de ensino superior: as Faculdades de União da Vitória (Estadual de Filosofia e a Municipal de Administração e Ciências Econômicas), as Faculdades de Palmas (Filosofia, Ciências e Letras de natureza Privada e a Municipal Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas), a Fundação Municipal de Ensino Superior de Pato Branco e a Fundação Municipal Faculdade de Ciências de Francisco Beltrão. Isto sig-

nifica estadualizar quatro instituições municipais e uma particular.

Algumas das instituições envolvidas, tomaram rumos administrativos diferentes. A Faculdade de Pato Branco foi federalizada e funciona hoje, mantida pela União, como unidade administrativa do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, CEFET. A Faculdade Municipal de Francisco Beltrão está em fase de incorporação à Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, na qualidade de Campus Universitário, conforme mensagem já encaminhada a essa Casa de Leis.

O referido art. 59 perdeu, pela sua não efetivação no prazo fixado para tal, a sua finalidade. Ainda porque, a manutenção do Artigo poderá dificultar a desenvoltura das instituições arroladas na procura de parcerias em forma de gestões mais adequadas à realidade sócio-econômica do Estado e do País.

Assim sendo, entendo que, para solução do assunto, essa Casa poderá aprovar e promulgar Emenda Constitucional com a seguinte redação:

"Artigo único - Ficam suprimidos o art. 59 e seu parágrafo único, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado do Paraná."

Contando com o apoio, aprovação e promulgação da proposta ora formulada, apresento a

V. Exa. e aos demais Srs. Deputados os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões em, 30.06.98.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

MENSAGEM Nº 031/98

Curitiba, 30 de junho de 1998.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que dispõe sobre aprovação de um ajuste no Programa de Obras, no valor total de R\$12.527.000,00 (doze milhões, quinhentos e vinte e sete mil reais), com a conversão da fonte 07, Convênios com Órgãos Federais para a fonte 25, devolução de capital subscrito, no valor de R\$783.000,00 (setecentos e oitenta e três mil reais) da fonte 82, convênios com Órgãos do Estado para fonte 81, convênios com Órgãos Federais no valor de R\$11.744.000,00 (onze milhões, setecentos e quarenta e quatro mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, para a execução de obras no Projeto Construção de Rodovias.

Esclareço também que os recursos para o ajustamento proposto são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

Sala das Sessões em, 30.06.98.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um ajuste ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.974, de 22 de dezembro de 1997, no valor de R\$12.527.000,00 (doze milhões, quinhentos e vinte e sete mil reais), conforme Anexos I e II desta lei.

Art. 2º - Em decorrência do contido no art. 1º, desta lei, ficam alterados os demonstrativos da Receita, conforme Anexos III, IV, V e VI desta lei.

Art. 3º - Fica alterado o Programa de Obras, constante do Anexo V da Lei Orçamentaria de 1998, de acordo com os Anexos VII e VIII desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ACRÉSCIMO DE DESPESA		ANEXO I ANEXO			FL. 01 R\$ 1,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP
7100	Secretaria de Estado dos Transportes					
7130	Departamento de Estradas de Rodagem - DER					
1180	Construção de Rodovias	4440.51	25	L	783.000	1205
		4490.51	81	L	11.744.000	1205
TOTAL					12.527.000	

REDUÇÃO DE DESPESA	ANEXO II ANEXO	FL 01 R\$ 1,00
-------------------------------	---------------------------	---------------------------

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP
7100	Secretaria de Estado dos Transportes					
7130	Departamento de Estradas de Rodagem - DER					
1180	Construção de Rodovias	4440.51	07	L	783.000	1205
		4490.51	82	L	11.744.000	1205

TOTAL	12.527.000
--------------	-------------------

ACRÉSCIMO DA RECEITA CENTRALIZADA	ANEXO III ANEXO	FL 02 R\$ 1,00
--	----------------------------	---------------------------

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	PROCESSO
2211.03.00	Devolução de Capital Subscrito	25	783.000	1205

TOTAL	783.000
--------------	----------------

REDUÇÃO DA RECEITA CENTRALIZADA	ANEXO IV ANEXO	FL 03 R\$ 1,00
--	---------------------------	---------------------------

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	PROCESSO
2462.01.00	Transferência de Convênios Com Órgãos Federais	07	783.000	1205

TOTAL	783.000
--------------	----------------

**ACRÉSCIMO DA
RECEITA CENTRALIZADA****ANEXO V
ANEXO****FL 03
R\$ 1,00**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	PROCESSO
	Secretaria de Estado dos Transportes			
7130	Departamento de Estradas de Rodagem - DER			
2412.25.00	Transferências da venda de ações e ou devolução de Capital Subscrito	25	783.000	1205
2462.01.00	Transferências de Convênios com Órgãos Federais	81	11.744.000	1205

TOTAL**12.527.000****REDUÇÃO DA
RECEITA CENTRALIZADA****ANEXO VI
ANEXO****FL 03
R\$ 1,00**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	PROCESSO
	Secretaria de Estado dos Transportes			
7130	Departamento de Estradas de Rodagem - DER			
2412.07.00	Transferências de convênios com Órgãos Federais	07	783.000	1205
2461.00.00	Transferências de Convênios Intragovernamentais	82	11.744.000	1205

TOTAL**12.527.000**

ACRÉSCIMO DAS OBRAS	ANEXO VII ANEXO	FL 04 R\$ 1,00
--------------------------------	----------------------------	---------------------------

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	PROCESSO
7100	Secretaria de Estado dos Transportes			
7130	Departamento de Estradas de Rodagem - DER			
1180	Construção de Rodovias			
342	Grandes Rios			
0043	Executar pavimentação no acesso e nas ruas da sede do Município de Grandes Rios	25	783.000	1205
950	Estado			
0044	Restaurar e descentralizar Rodovias Federais	81	11.744.000	1205

TOTAL	TES. O.F.	783.000 11.744.000
--------------	----------------------	-------------------------------

REDUÇÃO DAS OBRAS	ANEXO VIII ANEXO	FL 04 R\$ 1,00
------------------------------	-----------------------------	---------------------------

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	PROCESSO
7100	Secretaria de Estado dos Transportes			
7130	Departamento de Estradas de Rodagem - DER			
1180	Construção de Rodovias			
414	Ivaí			
5148	Pavimentar estrada trecho Imbuia - Três Rios	07	783.000	1205
622	Pinhão			
0002	Construir Dois Pinheiros - Mangueira (a)	82	11.744.000	1205

TOTAL	TES. O.F.	783.000 11.744.000
--------------	----------------------	-------------------------------

MENSAGEM Nº 032/98.

Curitiba, 30 de junho de 1998.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que dispõe sobre aprovação de um ajuste no Programa de Obras no valor de R\$2.123.574,00 (dois milhões, cento e vinte e três mil, quinhentos e setenta e quatro reais), ao vigente orçamento da Secretaria Especial para o Desenvolvimento Educacional, para a execução de obras em escolas estaduais.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de obras do próprio órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa

Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

Sala das Sessões, em 30.06.98.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica alterado o Programa de Obras, constante do Anexo V da Lei Orçamentária de 1998, no valor de R\$2.123.574,00 (dois milhões, cento e vinte e três mil, quinhentos e setenta e quatro reais), de acordo com os Anexos I e II desta lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ACRÉSCIMO
DAS OBRAS

ANEXO I
ANEXO

FL. 01
R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	PROCESSO
4300	Secretaria Especial de Desenvolvimento Educacional			
4330	Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR			
2158	Infra-Estrutura e Apoio Logístico à Rede Escolar e ao Estudante			
950	Estado			
0032	Construir salas, ambientes administrativos, melhorias e outras dependências em diversos municípios (A)	16	2.123.574	1182

TOTAL	TES. O.F.	2.123.574 0
-------	--------------	----------------

REDUÇÃO DAS OBRAS	ANEXO II ANEXO	FL. 01 R\$ 1,00
------------------------------	---------------------------	----------------------------

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	PROCESSO
4300	Secretaria Especial de Desenvolvimento Educacional			
4330	Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR			
2158	Infra-Estrutura e Apoio Logístico à Rede Escolar e ao Estudante			
104	Adrianópolis			
0007	Construir 8 salas na Escola Municipal Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (A)	16	357.000	1182
138	Arapongas			
0008	Construir 6 salas na Escola Estadual Nadir M. Monteiro (A)	16	240.000	1182
168	Boa Esperança			
0009	Executar melhorias no Colégio Estadual Vicente Leporace (A)	16	20.000	1182
230	Cascavel			
0010	Construir 8 salas na Unidade Nova Jardim Melissa (A)	16	367.000	1182
250	Colombo			
0011	Construir 8 salas na UNV Escola Estadual Vila Liberdade (A)	16	392.000	1182
264	Coronel Domingos Soares			
0012	Ampliar 2 salas na Escola Estadual Santa Catarina (A)	16	169.000	1182
280	Curitiba			
0014	Executar melhorias no Colégio Estadual Francisco Zardo (A)	16	20.000	1182
0015	Executar melhorias no Colégio Estadual Guido Straube (A)	16	50.000	1182
330	Foz do Iguaçu			
0016	Construir 14 salas na Unidade Nova de Tucuruí (A)	16	508.574	1182

TOTAL	TES. O.F.	2.123.574 0
--------------	----------------------	------------------------

Requerimentos:**REQUERIMENTO Nº 1273-A**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 240/98, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, item nº 09 da Ordem do Dia da presente sessão.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 30.06.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamiento:

Plauto Miró Guimarães, Nereu Moura, Sâmis da Silva, Geraldo Cartário e Toti Colaço.

REQUERIMENTO Nº 1268

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a retirada do Projeto de Lei nº 734-97, de autoria do Poder Executivo, Mensagem Governamental nº 104/97, que dispõe sobre as áreas de turismo e locais de interesse turístico, item 04 da presente Sessão, por 3 sessões.

Neste termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 30.06.98.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoiamiento:

Nereu Moura, José Maria Ferreira, Ângelo Vanhoni, Orlando Pessuti, Toti Colaço e Edgar Bueno.

REQUERIMENTO Nº 1269

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a retirada do Projeto de Lei nº 098/98, de autoria do Poder Executivo, Mensagem Governamental nº 011/98, que dispõe sobre criação do sistema integrado de gestão e proteção dos mananciais da Região Metropolitana de Curitiba, item 05 da presente sessão, por 3 sessões.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 30.06.98.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoiamiento:

Nereu Moura, José Maria Ferreira, Ângelo Vanhoni, Orlando Pessuti, Toti Colaço e Edgar Bueno.

REQUERIMENTO Nº 1273

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Ata deste Poder Legislativo e formulado à família enlutada, votos de profundo pesar pelo falecimento do médico Dr. Gabriel Bacila, ocorrido no último dia 28 de junho, no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 30.06.98.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O passamento do médico e cidadão honorário de Ponta Grossa, Dr. Gabriel Bacila, consternou toda a comunidade pontagrossense.

Médico renomado, atuou como clínico geral familiar, servindo às famílias da Cidade de Ponta Grossa e região. Cidadão notável que sempre colocou os interesses do povo acima de suas preocupações pessoais, principalmente quando atuou como administrador e servidor público, fazendo de sua vida profissional exemplo de credibilidade e respeito.

Dr. Bacila tinha um perfil de grande afabilidade, civilidade, vencendo com méritos o seu viver centenário, e terá o seu nome gravado no cenário político-social de Ponta Grossa e das pessoas que tiveram o privilégio de conviver com ele.

Projetos de Lei:**PROJETO DE LEI Nº 272/98**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica proibido o uso de agrotóxicos à base de 2,4-D no Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.06.98.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

A utilização do Ácido 2,4-Diclorofenoxiacético (2,4-D) causa danos irreversíveis ao meio ambiente, como se verifica pela análise dos dados abaixo trazidos pela "World Health Organization, International Programme on Chemical Safety, Geneva, 1989". É inquestionável que os estudos realizados

pela Organização Mundial da Saúde gozam de grande aceitação na comunidade científica internacional, sendo os mesmos base para as políticas públicas de praticamente todos os países do mundo, inclusive do Brasil.

O 2,4-D e herbicidas quimicamente relacionados são preparados normalmente em meio fortemente alcalino, e temperaturas mais elevadas e condições alcalinas durante sua manufatura aumentam a formação de dibenzo-*p*-dioxinas policloradas (CDD), produtos altamente cancerígenos. Sua pirólise produz certos isômeros de CDDs. Esta informação é importante, pois justifica a proibição da incineração. Em função disto, o uso do 2,4-D e do 2,4,5-T em parques e áreas públicas têm sido reduzidos em alguns países por causa dos seus possíveis efeitos tóxicos, especialmente em relação às CDDs (dioxinas).

Os sais de amina ou álcali e os ésteres são usados a taxas de 0,2 a 2,0 kg de ingrediente ativo por hectare, e os ésteres podem ser usados até a 6,0 kg/ha. Formulações granulares são usadas como herbicidas aquáticos a taxas de 1 a 122 kg/ha. Este dado mostra uma variação muito grande entre as dosagens recomendadas e, apesar do composto ter sido desenvolvido e utilizado desde a Segunda Guerra Mundial, pouco se sabe sobre seus efeitos em diferentes ambientes, os quais se expressam com uma variabilidade muito alta. Em determinado ambiente, uma dosagem pode ser ineficiente e, em outro ambiente, manifestar efeitos muito tóxicos. Desta forma, segundo este raciocínio, a segurança ambiental com a utilização do 2,4-D é muito baixa, principalmente em países com diversidade climática e ambiental tão grande como o Brasil.

PROJETO DE LEI Nº 273/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Usina de Conhecimento Central, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.06.98.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Usina de Conhecimento Central, entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, tem por objetivo o desenvolvimento do papel transformador do indivíduo no cenário existente e desenvolvimento das potencialidades criadoras.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 274/98
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Canal da Música, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30. 06.98.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A entidade "Canal da Música" tem por objetivo promover a educação, a arte e a cultura no Estado do Paraná, através da música em todas suas formas de manifestação, com a produção de programas culturais e educativos.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta proposição.

PROJETO DE LEI Nº 275/98
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Desportos Universitários, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30. 06.98.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

Conforme se infere da documentação que ora fazemos juntar ao presente plano de lei, a entidade em questão está em condições de ser declarada de Utilidade Pública, visto que preenche todos os requisitos legais.

Na verdade, tem seu estatuto social devidamente registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos competente e os membros de sua Diretoria não percebem qualquer tipo de remuneração.

Está em regular funcionamento há mais de um ano e presta relevantes serviços à comunidade, cuja finalidade é representar os desportos universitários do Estado do Paraná no País e no estrangeiro,

bem como dirigir, divulgar e promover, por todos os meios ao seu alcance, os referidos desportos.

Isso posto, apresentamos o presente projeto de lei à consideração de nossos nobres Pares, esperando que se lhe dê o indispensável apoio e a final aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 276/98
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comercial e Industrial de Maringá - ACIM, com sede e foro naquele município.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30. 06.98.
(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

Conforme se infere da documentação que ora fazemos juntar ao presente plano de lei, a entidade em questão está em condições de ser declarada de Utilidade Pública, visto que preenche todos os requisitos legais.

Na verdade, tem seu estatuto social devidamente registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos competente e os membros de sua Diretoria não percebem qualquer tipo de remuneração.

Está em regular funcionamento há mais de um ano e presta relevantes serviços à comunidade, cuja finalidade é congregar, defender e representar os interesses da livre iniciativa, empenhando-se no fortalecimento da classe representada.

Isso posto, apresentamos o presente projeto de lei à consideração de nossos nobres Pares, esperando que se lhe dê o indispensável apoio e a final aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO

Estou cada vez mais convencido que o Anel de Integração e a concessão de rodovias no Paraná trata-se do maior roubo da história do Paraná. A cada dia novas falcatriuas aparecem e recebi, ontem, no meu gabinete, Senhor Presidente e Senhores Deputados, um documento assinado simplesmente por engenheiros do Paraná. Este documento traz informações novas sobre a concessão, por 24 anos,

de nossas rodovias, a seis grandes consórcios de empreiteiras.

Em primeiro lugar os engenheiros fazem uma análise do processo em si, da filosofia da concessão e colocam questionamentos.

Diz o documento (Lê):

"Em geral os modelos de concessão rodoviárias envolvem grandes obras de melhorias, estradas novas, duplicações, etc., realizadas antes da cobrança de pedágio, sempre com a opção de um caminho paralelo, livre de tarifa. No Paraná, não haverá estradas novas, tampouco rotas alternativas paralelas e as duplicações estarão disponíveis aos usuários em prazo de 5, 10 ou até 16 anos após o início da cobrança. Enquanto isso as concessionárias aplicarão a receita do pedágio no mercado financeiro.

Segundo ponto: nos Países onde o sistema foi aplicado, tornou-se viável conceder, no máximo, 5% da malha rodoviária total. Nos Estados Unidos e França é 1%, pois entende-se como viável a concessão, não só como empreendimento economicamente atrativo para as empresas, mas também e principalmente para os usuários. Além disso, trata-se de redes viárias com alto fluxo de tráfego, que resulta no valor individual de pedágio aceitável. Ao contrário do que ocorre no Paraná, concessão de cerca de 18,3% dos 13.000 quilômetros pavimentados, onde é discutível a viabilidade econômica para o usuário. Um exemplo de percentuais de rodovias sob concessão maiores do que 5%, no total, é a Argentina, onde o período de concessão é de 12 anos e parte dos custos é subsidiada pelo governo, além de outras distorções.

Terceiro ponto: sabe-se que em outros Países, para vias de altíssimo tráfego, o custo de arrecadação de pedágio, praças, pessoa, administração, etc., é superior a 15% do total arrecadado. Na França, em 1996, o processo de arrecadação alcançou 30% da receita. No Paraná, incluindo custos financeiros e impostos, estas despesas poderão alcançar cerca de 40% da receita. Vejam bem, é um dado importante que já havíamos colocado aqui neste Plenário.

Quarto ponto:..." de extrema importância, Senhores Deputados "... a licitação para concessões, no Paraná, sofreu alterações notáveis no meio do caminho. Durante o processo, as empresas interessadas propuseram a redução da ordem de 20% dos quantitativos de serviços a serem executados, e a postergação de obras de melhorias ao longo dos 24 anos de concessão. Porém, sem a redução da tarifa estabelecida anteriormente no edital.

Provavelmente, ao longo do período de concessão, serão propostos mais serviços e obras livres de licitação, cujos custos serão compensados através da redução das obras já programadas. Ambas situações previstas nos contratos.

Ao aceitar essa alteração, que elevou bastante a taxa interna de retorno de impedimento, o Governo assumiu a co-responsabilidade pelo cálculo e praticamente transformou o processo em seis grandes contratos de obras de serviços, anulando parte importante de uma das principais características das concessões. "O risco do negócio".

Depois desse acordo, o processo licitatório que dependia de decisão judicial, passou a correr rapidamente. Alguns consórcios de empresas desistiam de participar, em troca de obras duras: recuperação de estradas. Um grande negócio, Deputado Toti, um grande acerto, inclusive entre as empreiteiras, defendendo, é claro, seus interesses particulares, como são empresas privadas. É lógico que com isso, sobre um manto irresponsável do Governador Jaime Lerner, nesta grande falcatura que choca todos nós, nos deixa envergonhados de podermos fazer muito pouco, como Deputado, para impedir que isso continue.

De um total de mais de 1500 quilômetros relacionados no edital, a oferta de trechos de acesso a serem conservados, reduziu-se a 344, ou seja: primeiro essa farsa - licitação se faz com dinheiro. A empresa que paga mais pega a rodovia. Na Vale do Rio Doce foi assim. Aqui não, não se fazia com dinheiro, custo zero. Só que as empreiteiras diziam quantos quilômetros elas iam recuperar além das rodovias do Anel de Integração.

De um total de 1500 quilômetros de estradas relacionadas no edital, além do Anel, a oferta dos trechos a serem conservados reduziu-se a 344 quilômetros, reduzindo-se assim também os encargos vencedores. Além de tudo, como já denunciou o Deputado Rosinha desta Tribuna, o DER Paraná contratou empresas de consultoria para supervisionar as concessões. Seis contratos de mais de 1 milhão de reais cada. Este controle poderia ser realizado pelos próprios engenheiros do DER, com algum apoio de consultoria e com transparência.

Do ponto de vista do conceito que levou essa concessão, a única palavra justificável é a palavra "roubo", não existe outra, já disse isso aqui. Infelizmente o Secretário de Transportes, num debate que fez comigo e outros Deputados, tentou ideologizar uma questão, dizendo: "o senhor é do PT, é contra a privatização de tudo". É bem diferente. E repito: uma coisa é privatizar uma empresa como a Vale do Rio Doce e uma outra empresa qualquer, em que em primeiro lugar, na licitação se paga pela empresa um valor justo, ou injusto, mas se paga. Pela Vale do Rio Doce os empresários pagaram mais de 3 milhões de reais.

Em segundo lugar, a Vale do Rio Doce é uma empresa que compete com semelhantes no mercado, ou seja, os empresários, donos da empresa que compraram do Estado, vão gerir um processo

produtivo, vão competir no mercado, vão evoluir, comprar máquinas, administrar mão-de-obra.

Rodovia é a mesma coisa. Não há risco nenhum. Trata-se de um monopólio natural, não se concorre em mercado com ninguém. Mais grave ainda: as empreiteiras vão pegar o dinheiro do povo do Paraná, para só depois investir na estrada sem nenhum risco, investir apenas uma parte do que recebe do povo paranaense. Isso é "roubo", não tem outro nome. Não há nenhum risco. Se recebe o dinheiro antes de investir. O que se investiu foi pouca coisa, muito pouco. Se fez um empréstimo, alguns falam que com Bancos do Governo, para fazer essa operação.

E a partir desse momento, só se investe uma parte do que se arrecada sem nenhum risco. Ora, pergunto e nenhum Deputado do Governo consegue responder: será que o Estado do Paraná é tão incompetente que não sabe ao menos cobrar pedágio, Deputado Toti? Não tem funcionário para cobrar pedágio nas estradas, e com esse dinheiro pagar as empresas, contratar em licitação limpa para fazerem as obras necessárias. Esse roubo absurdo, o povo paranaense tem que ter consciência clara.

Temos que passar sobre a propaganda enganosa do Governo, que tenta dominar, escondendo a realidade dos fatos. Vamos fazer essa denúncia cotidianamente. Se for preciso, teremos que ir à praça de pedágio, com jornais, denunciando ao usuário que paga esse roubo absurdo contra o povo do Paraná. Isso que temos que fazer.

Vamos pegar alguns dados. A ideologia dominante costuma agredir as empresas estatais de todas as formas. Primeira coisa que dizem, é: "cabide de emprego". Então, o DER é incompetente, porque é um "cabide de emprego". Eles não trabalham, só as máquinas estão sendo destruídas em algumas cidades como Ponta Grossa, pois recebemos denúncias.

Deputados, pasmem! A análise que fizemos da mão-de-obra contratada pela RODONORTE, que é uma empresa do Lote 5. Contra tal nada temos, pois defende o seu interesse. Quem está acobertando tudo isso é o Governo do Paraná. Vamos fazer uma pequena análise dos funcionários da RODONORTE que está incluído no preço da tarifa calculada pelo Governo do Estado.

O Presidente da RODONORTE vai ter o salário bruto de 22.831,41 reais. O Presidente da República ganha quanto? Imaginem se algum funcionário do Estado ganhasse isso. Diretor Administrativo Financeiro - 17.000,00 reais, isso incluindo os benefícios sociais de salário líquido de 9.000,00 reais; Diretor de Obras - 17.000,00 reais; Diretor de Operações - 17.400,00 reais; Assessor Funding - 13.094,00 reais; Assessor de Administra-

ção de Contrato - 11.117,00 reais; Assessor de Comunicação - 11.000,00 reais.

Quanto ganha um Deputado do Paraná, com Sessões Extraordinárias e tudo?

Assessor Jurídico - 11.117,00 reais; Gerente Divisão Administrativo - 11.214,00 reais; Gerente de Fiscalização - 11.214,00 reais; Quanto ganha o Diretor do DER? Quanto ganha um engenheiro que entregou a sua vida para se especializar em estrada, uns que têm vinte, vinte e cinco anos de carreira. Quanto ganha? Chefe de Seção de Recursos Humanos - 11.214,00 reais; Gerente Divisão Técnico - 11.214,00 reais; Chefe de Controladoria e Contabilidade - 8.175,00 reais; Chefe de Seção Fiscalização de Obras - 8.175,00 reais; Chefe de Seção Projetos e Meio Ambiente - 8.175,00 reais; Chefe de Programação - 8.000,00 reais; Chefe de Controle de Medição - 8.000,00 reais; Chefe de Controle Tecnológico - 8.000,00 reais; Chefe Seção de Sistema - 8.000,00 reais; Chefe Seção de Finanças - 8.000,00 reais; Coordenador Administrativo - 6.000,00 reais a assim por diante.

Não é possível. Assisti em Ponta Grossa, no canal da cidade, um debate sobre o pedágio. As pessoas que foram ao debate: Presidente da Associação de Ponta Grossa, da Sociedade Rural Pontagrossense, da Federação das Indústrias de Ponta Grossa e do Sindicato dos Transportadores. É uma revolta total. Setores, inclusive, que estão comprometidos e defendem o Governo Jaime Lerner. As estatísticas apresentadas pelos empresários, inclusive o prejuízo que Ponta Grossa vai ter, porque a frota de caminhões em Ponta Grossa é de dez mil. Só o que esses caminhões vão pagar de pedágio, dá para comprar dezenas, centenas de caminhões por ano. Para onde vai esse dinheiro? Para consertar as estradas, não. Vai para enriquecer um pequeno número de grandes grupos econômicos, e talvez, servir de "caixinha" de campanha. Não só para o Governo do Estado, mas por sonho do Governador em ser Presidente da República. São 13 bilhões de reais que está previsto em arrecadação em vinte e quatro anos sem nenhum risco. Com esse super faturamento, essas falcaturas todas o total de saída de caixa, e segundo dados do próprio Governo, é de 9 milhões de reais.

Concedo o aparte ao Deputado Toti Colaço.

O Sr. Toti Colaço

Cumprimento Vossa Excelência pelo discurso e pelos números, pelos dados técnicos, que Vossa Excelência traz nesta tarde enriquecendo mais ainda a contestação veemente, principalmente a oposição do Paraná vem fazendo, com relação à cobrança de pedágio.

No começo, Deputado Péricles, quando nós começamos em conjunto PT, PMDB os Partidos de Oposição questionar a cobrança do pedágio, nos

parecia que a situação, o próprio Governo iria nos trazer números, elementos que pudessem até nos convencer de que eles estariam corretos.

Hoje, eles tentam desencadear uma campanha violenta pela televisão, colocando no ar entrevistas de caminhoneiros e motoristas esporadicamente, um ou outro que escorrega e comenta apenas que a estrada está boa.

Falo isso porque recentemente eu me encontrei com um grupo de caminhoneiros na minha Região Irati, e eles me diziam o seguinte:

- Toti, entre oito tinha quatro que tinham conseguido entrevista nos canais de televisão.

Parece-me que da equipe do Governo.

- Mas, nenhum Toti, nenhum dos que nós já falamos aí, foi para o ar.

Apenas um saiu confirmando que a estrada estava muito boa, mas o restante que ele falou, não era só a cobrança do pedágio que não saiu.

Hoje, os donos de restaurantes, lanchonetes, borracharias, todos os empresários que margeiam a BR 277 estão desesperados porque a idéia de aumentar o tráfego de veículos após a instalação da cobrança do pedágio foi por terra.

Eles tem levantamentos concretos está quase que 50%, hoje, o movimento menor dos veículos nas estradas paranaenses. É extremamente preocupante, não há como, não há justificativa, nós temos que continuar esse movimento na constatação desse valor dessa cobrança, vamos até chegar no valor absurdo, desumano e injusto em cima de toda a sociedade paranaense.

Quero cumprimentar Vossa Excelência, é final desse período Legislativo, do ano de 1998, porque logo mais vamos ter aí um recesso de 30 dias, mas é preciso que continuemos na medida do possível, contestando, mobilizando a sociedade paranaense, porque tem que haver uma revisão nesses custos.

Somos contra desde o início, e hoje, mais do que nunca, está mais do que claro que é um assalto que se faz em cima do caminhoneiro, do motorista nosso, de todo o Estado do Paraná.

Para concluir, temos em Irati, mais de 400 ou 500 caminhões autônomos, que vendem batata, cebola, feijão, na Região Sudoeste, principalmente, na região de Foz do Iguaçu.

Hoje, um Mercedes, um caminhão, ele gasta 110 reais de pedágio, que sai de Irati, levando lá batata, cebola e vai na Região de Cascavel, de São Miguel do Iguaçu, Medianeira, aquela região, 110 de pedágio de ida e volta, e gasta de combustível 100 reais. Não há como dizem os motoristas, como sobreviver, eles não têm como repassar, até porque são autônomos e as coisas estão muito complicadas.

Cumprimento Vossa Excelência pelo discurso, e por trazer a todos nós, estas informações técnicas tão importantes. Gostaria depois de ter uma cópia

desses dados que Vossa Excelência tem aí, nesta tarde.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Vossa Excelência já usou o Horário do PT.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem)

O PMDB libera o Horário da Liderança para o Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO

Estas falcaturas, porque todas as grandes empreiteiras nacionais participaram desse grande acordo Deputado, não houve licitação nenhuma.

Quem pediu o lote 01 ganhava o 02, quem pediu o 02, ganhava o 03, quem pediu o 03 ganhava o 04, foi um grande acerto.

E as pequenas empresas ou se submeteram ao acerto com as grandes, ou ficaram alijadas, porque havia uma cláusula em que o capital mínimo do consórcio, em vez de somar o capital das novas empresas era a média. O que inviabilizava a participação de pequenas empresas ou média empresa.

É um grande acerto, um grande acordo.

Ora, se o Governo do Estado cobrasse e criasse um fundo rodoviário, com a participação dos interessados, que é o Sindicato dos Transportadores, os usuários, os Deputados, Entidades de Classes, Sociedade Civil, haveria um controle democrático do dinheiro do fundo e o Governo, num processo transparente, poderia fazer as licitações e construir as obras paulatinamente.

Todos sabemos, ninguém aqui é criança. Não se consegue controlar uma empreiteira nem durante um ano, calcule durante 25 anos. É impossível o controle. É impossível a fiscalização. Isso é uma grande maracutaia. O Governo preferiu esse caminho para roubar dinheiro do Paraná. Esse dinheiro, se o pedágio fosse o mesmo valor, poderia servir, além de construir as estradas com muito mais rapidez e melhores estradas, ainda sobraria dinheiro para investir na educação, na saúde, na pequena construção familiar.

Não, esse dinheiro que sobra vai para o bolso de 6 grandes grupos econômicos.

Consultorias: Consultoria e operação 1 milhão 150; consultoria contábil- 1 milhão 344 e por aí vai. E o coitado do funcionário público sem receber aumento há 3 anos do Governo Lerner.

Ganha 300 reais por mês um engenheiro de carreira, muito pouco, não podendo crescer na profissão, não tendo basicamente, um quadro de carreira e esta grande maracutaia, este grande superfaturamento com o dinheiro do povo do Paraná.

Essa é a ideologia ganhadora, vencedora, a ideologia dominante que está em todos os canais de televisão, está por aí os bilhões de reais que o

Governador gasta com publicidade, tentando aliciar e silenciar a voz do povo.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Diz o documento dos engenheiros do Paraná.

(Lê):

"CONCESSÕES DE RODOVIAS NO PARANÁ

1. Em geral os modelos de concessões rodoviárias, envolvem grandes obras de melhorias (estradas novas, duplicações etc), realizadas antes da cobrança de pedágio, sempre com a opção de um caminho paralelo livre de tarifa. No Paraná, não haverá estradas novas tampouco rotas alternativas paralelas, e as duplicações estarão disponíveis aos usuários em prazos de 5, 10 ou até 16 anos, após o início da cobrança (enquanto isso as concessionárias aplicarão a receita do pedágio no mercado financeiro).

2. Nos países onde o sistema foi aplicado, tornou-se viável conceder no máximo 5% da malha rodoviária total (nos EUA e França é 1%), pois entende-se como viável a concessão não só como empreendimento economicamente atrativo para as empresas, mas também, e principalmente para os usuários.

Além disso, trata-se de redes viárias com alto fluxo de tráfego, o que resulta num valor individual de pedágio aceitável. Ao contrário do que ocorre no Paraná (concessão de cerca de 18,3% dos 13.000 Km pavimentados), onde é discutível a validade econômica para o usuário. Um exemplo de percentuais de rodovias sob concessão maiores do que 5% da rede estadual é o da Argentina (onde o período de concessão é de 12 anos e parte dos custos são subsidiados pelo governo, além de outras distorções).

3. Sabe-se que em outros países, para vias de altíssimo tráfego, o custo de arrecadação do pedágio (praças, pessoal, administração etc), é superior a 15% do total arrecadado. Na França, em 1996, o processo de arrecadação alcançou 30% da receita. No Paraná, incluindo custos financeiros e impostos, essas despesas poderão alcançar cerca de 40% da receita.

4. A licitação para concessões no Paraná sofreu alterações notáveis no meio do caminho. Durante o processo as empresas interessadas propuseram a redução da ordem de 20% dos quantitativos de serviços a serem executados e a postergação de obras de melhorias ao longo dos 24 anos de concessão, porém, sem a redução da tarifa anteriormente estabelecida no Edital.

Provavelmente, ao longo do período de concessão serão propostos mais serviços e obras (livres de licitação), cujos custos serão repassados à tarifa ou serão compensados através da redução das obras já programadas (ambas situações previstas nos contratos).

Ao aceitar esta alteração, que elevou bastante a Taxa Interna de Retorno do empreendimento, o Governo assumiu a co-responsabilidade pela cálculo das quantidades, e praticamente transformou o processo em seis grandes contratos de obras e serviços, anulando parte importante de uma das principais características das concessões: o risco do negócio. Depois desse acordo o processo licitatório, que dependia de decisão judicial, passou a correr rapidamente.

Alguns consórcios de empresas desistiram de participar em troca de obras futuras de recuperação das estradas.

De um total de mais de 1.500 km relacionados no Edital, a oferta de trechos de acesso a serem conservadas reduziu-se a 344 Km e assim reduziram-se também os encargos dos vencedores.

5. Além de tudo, o DER-PR, contratou empresas de consultoria para supervisionar as concessões (6 contratos de mais de 1 milhão cada). Este controle poderia ser realizado pelos próprios engenheiros do DER com algum apoio de consultoria e com transparência.

ALGUNS DADOS E COMENTÁRIOS SOBRE O EMPREENDIMENTO

Os investimentos previstos originalmente para a rede de 2.379 Km (incluindo os trechos de acesso) durante os 24 anos serão de R\$3,3 bilhões (sabe-se que as empresas já prepararam proposta para aumentar esse valor).

Mesmo acrescentando-se os custos operacionais e financeiros ao longo do período (não conhecidos), é notável a receita bruta prevista para as concessionárias: R\$13,4 bilhões.

Serão investidos R\$218 milhões nos primeiros seis meses, sendo R\$90 milhões na recuperação inicial (tapa buraco, pequenas restaurações, sinalização etc), e R\$128 milhões em serviços de operação e conservação (projetos, construção de praças de pedágio, serviços de assistência ao usuário, conservação etc).

Ao longo dos 24 anos, estima-se gastos mais R\$3.092 milhões: R\$369 milhões com restaurações nos primeiros anos; R\$1.840 milhões em obras de melhorias e ampliação (855 km de duplicações, 283 km de marginais, 227 km de contornos, 377 km de terceiras faixas, interseções e passarelas); R\$581 milhões com manutenção; e R\$302 milhões com infra-estrutura para serviços de operação e conservação (pedágio, administração, controles, apoio ao usuário).

Comentários

1. Dos R\$128 milhões gastos nos primeiros seis meses, grande parte destina-se a construir o sistema de pedágio e instalações para as concessionárias

(sendo que o DER possui infra-estrutura em todo o Paraná).

2. Devido aos 'acertos' durante a licitação, os custos resultam bastante altos, por exemplo: estimam gastar R\$1.840 milhões com 1.874 Km de novos pavimentos (duplicações, contornos, marginais, terceiras faixas, elevados, pois no Paraná, os custos de construção dessas estradas (marginais e terceiras faixas são menores) podem variar desde R\$400 mil até um máximo R\$800 mil.

3. Estimam R\$369 milhões para restauração de 2.035,5 Km, dentre os quais há muitos trechos recentemente restaurados ou em bom estado. Mesmo assim, considerando esses trechos, resulta a média de R\$181 mil do Km. Valor médio altíssimo, quando compara-se com o custo médio de R\$90 mil por Km realizado pelo DER em 1993 (Programa BID IV, incluindo melhorias e novos traçados em alguns trechos).

4. Estimam R\$581 milhões para manutenção que resulta na média de R\$10mil/Km por ano. / estudos do Banco Mundial consagraram o valor médio de R\$6,6 mil/Km por ano.

5. De plano, sem uma análise mais detalhada, observa-se que o valor previsto para os investimentos poderia ser reduzido em pelo menos 30%."

Isso é investimento, calculem o resto!

Investimento que é uma coisa mais palpável. Agora, operação, conservação, coisas mais difíceis de fiscalizar, manutenção e preservação.

Os engenheiros do Paraná que assinam esse documento, apresentam propostas e apresentam três alternativas e é bom que se diga aos Deputados do Governo e ao Governador Jaime Lerner, que ninguém é contra que se arrume estrada.

Pelo contrário, somos a favor. Eu mesmo defendo que em certas circunstâncias sociais, o pedágio é justo. Se a sociedade está em crise, não tem dinheiro para educação, para a saúde, para a pequena produção familiar que está falindo, pode-se cobrar pedágio, mas desde que esse dinheiro sirva para a sociedade que investiu e não, para enriquecer um pequeno número de grandes empreiteiras que já enriqueceram à sobra dos negócios escusos do Estado.

(Lê):

"PROPOSTAS

ALTERNATIVA 1

O Governo suspende a cobrança de pedágio e assume os pagamentos das obras já realizadas, da manutenção e dos serviços ao usuário nos 2.379 Km.

Os contratos serão renegociados (com revisão de metas e de todos os custos), e transformados em contratos de gestão da conservação, através dos

quais as empresas passarão a receber do Governo, pagamentos mensais. Isto resultaria num dispêndio para o Governo da ordem de R\$30 milhões por ano.

Para conservar os restantes 9.312 Km pavimentados da malha estadual, hoje abandonados, seriam necessários mais R\$50 milhões por ano. Poderia ser permitida a cobrança de pedágio para financiar as novas obras propostas, após concluídas.

Comentários:

Será preciso analisar a capacidade financeira do Estado para assumir os encargos: pode-se pensar na criação de um Fundo com parte dos recursos do IPVA, ICMS, sobre os combustíveis e serviços de transportes e o total da arrecadação de multas de trânsito; para controlar o sistema e os recursos aplicados, além de se instituir total transparência, pode-se constituir Conselhos com participação ativa dos usuários diretos e indiretos das estradas (até para definir prioridades de investimentos).

Esta alternativa pode gerar reação dos contribuintes na medida em que o Governo utilize recursos do tesouro, somente nos 2.379 Km ora concessionados (por que todos pagariam para benefício exclusivo de alguns)?

Para evitar esta reação será necessário estabelecer-se padrão semelhante de conservação para o restante de malha estadual, ou seja, investir mais R\$50 milhões por ano (o que é obrigação para evitar os grandes prejuízos de falta de conservação).

As novas obras já prometidas seriam financiadas por futuro pedágio ou pelo próprio Tesouro. Se for possível realizar o empreendimento sem cobrar pedágio, eliminando-se os custos de arrecadação, despesas financeiras, impostos e lucros dos concessionários, pode-se estimar uma economia de R\$4 bilhões, correspondente a 30% sobre a receita bruta de R\$13,4 bilhões.

ALTERNATIVA 2

Renegociação dos contratos atuais, reduzindo os custos exagerados já mencionados e retirando todos os valores correspondentes às futuras obras de melhorias (duplicações, contornos, 3.^a faixas etc).

O pedágio passaria a remunerar apenas os investimentos já realizados e os custos de manutenção e operação.

Os custos das obras futuras somente seriam incorporados à tarifa após a sua conclusão.

Comentários:

De imediato resultaria em uma redução de pelo menos R\$2 bilhões no valor dos investimentos previstos com reflexo bastante significativo no valor da tarifa, o qual somente poderá ser melhor estimado após novo estudo do fluxo de caixa.

Esta alternativa, embora mantenha o custo de arrecadação, reduz o valor do pedágio e dispensa investimentos do Tesouro nessa rede.

ALTERNATIVA 3

Esta é semelhante à alternativa 2, com a diferença de que o Estado assumiria a cobrança de pedágio (poderia ser através do Banestado, envolvendo também a Receita Estadual), cabendo ao DER a gerência e execução das obras e serviços através de meios próprios e de contratos com empresas.

Em tempo:

É intenção do Governo, implantar "cupons" para isentar de pagamento de pedágio dos transportadores agrícolas; provavelmente o Tesouro acabará pagando tais "cupons", o que prova a inviabilidade e agrava as distorções do sistema.

Engenheiros do Paraná

Quero dizer, para encerrar, que é nossa obrigação moral, obrigação ética, fazer um jornal com detalhes, com clareza, com transparência, e nós, Deputados, vamos ficar um dia, vamos nos revezar, pegar algumas das principais praças de pedágio e distribuir esse jornal a favor do povo do Paraná, denunciando essa falcatura, esse roubo do dinheiro público, e apresentando propostas alternativas para desmascarar essa violência da propaganda enganosa do Governo do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Com a palavra, ainda no Pequeno Expediente, já usando o ilustre Deputado Péricles Mello, dois horários de duas legendas partidárias, concedo a palavra ao Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA

O Hospital Regional de Cascavel é um hospital problemático desde a sua construção. Sempre foi acusado e muitas vezes provado, de irregularidades funcional, financeira e administrativa, inclusive, em relatórios do Tribunal de Contas.

Hoje, o hospital tem cerca de 500 funcionários contratados e destes, pelo menos a metade, são CLTs, com contratos que estão esgotando agora no mês de agosto.

Dos 270 leitos iniciais, somente 150 estão à disposição da população. Faltam funcionários, medicamentos e organização administrativa do hospital.

Há mais ou menos um ano e meio atrás, o hospital fazia 80 procedimentos por mês, em ginecologia e obstetrícia. No mês de março desse ano fez cerca de 350.

Dirão os Senhores Deputados! Por que melhorou o atendimento? Aumentou o quadro funcional? Não. Porque todos os hospitais privados de Cascavel passaram a negar atendimento às mulheres, na área de ginecologia e obstetrícia.

E pasmem os senhores, que isso foi feito através da aprovação do Conselho Municipal de Saúde de Cascavel. Uma barbaridade! Ficam os hospitais privados responsáveis só pela chamado "alto lucro", ou seja aquele que dá lucro.

Quase todos os dias, funcionários são vítimas de agressões verbais, inclusive alguns usuários do hospital chegam a quebrar portas. E tem quase que permanentemente um policial da Polícia Militar para garantir a integridade física dos funcionários devido a grande quantidade de pessoas que tem que ser atendidas e a ineficiência do hospital por questões administrativas, por responsabilidade da administração e da Secretaria do Estado da Saúde, que não dão as condições de trabalho para que o hospital funcione a contento.

Tem médico que deixa propositalmente - furto-me de dar o nome do mesmo aqui, mas se preciso for darei, - a população esperando, o paciente, por duas horas, às vezes, e diz que é para ele aprender. "Aprender o quê doutor"? Aprender a não procurar o Sistema Único de Saúde e pagar a consulta particular?, como muitos desses médicos fizeram, ao longo da história do Hospital Regional de Cascavel, as cobranças por fora e que permanecem até hoje, na gestão anterior era assim, na atual é assim. Não sei por que o Estado do Paraná é vítima de secretários irresponsáveis politicamente, que não desejam responder pelas questões de saúde, e mais do que isso resolver os problemas de saúde que vive o nosso Estado. Basta olhar os jornais, a imprensa diária, todos os dias, mostra a crise do setor de saúde, e no entanto, agora que vamos votar a L.D.O. não estabelece o mínimo para se investir em saúde, e o governo investe 2% somente. Montante igual que é investido para sustentar a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná é gasto para o atendimento da saúde da população, 2% da arrecadação!

No domingo, dia 15 de março, um estagiário da Faculdade de Medicina, da UNIOESTE, 1º ano de Faculdade, ou seja, conhece tanto a medicina quanto um aluno de cursinho, dava plantão no Hospital Regional de Cascavel, fazendo atendimento à população, inclusive em procedimento de pronto socorro. Onde estava a direção do hospital, e se preciso for declinarei junto ao Conselho Regional de Medicina o nome do médico que dá o receituário assinado para estudante que acabou de passar em vestibular, ainda de cabeça raspada vai fazer da população a vítima do atendimento de saúde. E esse é um hospital público do Paraná, responsabilidade da Secretaria de Estado da Saúde.

Os plantões da maternidade que eu disse que saltaram de 80 procedimentos para cerca de 300 a 350 procedimentos mês, muitos desses procedimentos são feitos por auxiliares de enfermagem que são

os que fazem o parto, não tendo o médico presente naquele momento.

Esse hospital agora vai ser transformado em hospital universitário.

Entramos com um requerimento solicitando à Secretária de Estado todas as informações para sabermos se serão sanadas essas irregularidades, essas irresponsabilidades e ineficiências administrativas e funcionais, para que esse hospital, mais que um hospital de ensino, seja um hospital que garanta os direitos da população daquela região. Que desde que esse hospital começou a funcionar, aquela população é vítima de péssima administração e do inescrúpulo de alguns dos profissionais que lá atendem, no caso, inclusive, de profissionais médicos como eu, que têm lá alguns sempre cobrando por fora, sempre usando o hospital público para faturar mais um, e sempre atendendo mal a população.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Encerrado o Horário do Pequeno e Grande Expediente.

É com satisfação que essa Mesa Executiva anuncia em nosso meio a presença do ex-Deputado Baggio, que conosco convive em todos os momentos em favor desta Casa e do Estado do Paraná. Se sinta em casa e entre irmãos que são vossos admiradores, como o ilustre Deputado, seu colega Antônio Annibelli, que em nome da Casa faz presença ao seu lado.

Horário das Lideranças: PFL; PL; PSDB; PDT; Liderança do Governo.

(Todas Declinam)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 029/98, subscrita pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a incorporar a Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão à Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. À **Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 030/98, subscrita pelo Sr. Governador do Estado constante do expediente, encaminhando proposta de Emenda Constitucional, visando a supressão do Art. 59 e seu parágrafo único do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da referida carta. À **Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 031/98, subscrita pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre

aprovação de um ajuste no Programa de Obras, no valor total de R\$12.527.000,00 (doze milhões, quinhentos e vinte e sete mil reais). À **Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 032/98, subscrita pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre aprovação de um ajuste no Programa de Obras, no valor de R\$2.123.574,00 (dois milhões, cento e vinte e três mil, quinhentos e setenta e quatro reais), ao vigente orçamento da Secretaria Especial para o Desenvolvimento Educacional, para a execução de Obras em escolas estaduais. À **Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei, em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Aníbal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À **Diretoria Legislativa.**

Projetos de lei, em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À **Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À **Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 1273-A, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, com apoio dos Senhores Deputados Plauto Miró Guimarães, Nereu Moura, Sâmis da Silva e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando Preferência de Discussão e votação para o Projeto de Lei nº 240/98, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, Item 09 da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 240/98, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná que regulamenta as disposições do Art. 78, da Constituição Estadual, e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., NA FORMA DO SUBSTITUTIVO GERAL. **Em Regime de Urgência.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 240/98

P A R E C E R :

De autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, objetiva o presente Projeto de Lei, inicialmente, a regulamentação das disposições do artigo 78 da Constituição Estadual que determina a implementação do controle, interno e externo, sobre

a aplicação de recursos públicos, o atingimento de metas preestabelecidas, gestão orçamentária, financeira e patrimonial, e outros aspectos.

Relativamente à aplicação de recursos, trata também o Projeto de estabelecer disposições sobre a prestação de contas da aplicação de tais recursos, além de requisitos básicos sobre a forma de apresentação desta e da competente quitação de responsabilidade.

Ainda no campo processual, trata a matéria do pedido de revisão, nova forma de recurso sobre as decisões em julgado, que confere maior prazo para sua apresentação, estabelecendo as circunstâncias que poderão fundamentar seu pedido, bem como questões relativas à sua tramitação por aqueles Órgãos.

Além de assuntos de caráter regulamentatório, o projeto de lei em análise busca instituir, na estrutura orgânica do Tribunal de Contas, três unidades administrativas, a saber: a Coordenadoria Geral, a Coordenadoria de Auditoria de Operações de Crédito Internacionais e a Coordenadoria de Planejamento, ao tempo em que estipula normas básicas de competência e funcionamento das citadas unidades.

A proposição cuida, em outra norma, da possibilidade de substituição provisória de auditores do Tribunal de Contas, analogamente à Lei nº 10.021, de 02 de julho de 1992, que dispunha da mesma forma para os cargos de Procurador do Estado junto àquela Corte, estabelecendo os requisitos e a forma de escolha dos substitutos.

Finalmente, é proposta a criação de três cargos de provimento em comissão, sendo dois de Coordenador, com simbologia DAS-3, e um de Secretário de Sessão do Tribunal Pleno, com simbologia DAS-4, e a transformação do atual cargo de Secretário de Sessão, da mesma natureza e de simbologia DAS-5, em Secretário de Sessão do Conselho Superior, sem alteração da simbologia.

Ainda no campo de pessoal, é instituída nova tabela de vencimento para o Quadro de Pessoal efetivo, a exemplo do que foi feito anteriormente com o Poder Judiciário e com o Ministério Público. A par de tal instituição, estabelece a proposição, de forma positiva, o modo de cálculo da vantagem denominada "Tempo Integral e Dedicção Exclusiva", para adequá-la à orientação implementada pela Administração Pública Estadual.

É procedida, também, a exemplo do tratamento dado à matéria do Tribunal de Justiça e do de Alçada, através das Leis nºs 11.719, de 12 de maio de 1997 e 11.737, de 02 de junho do mesmo ano, à incorporação de vantagens anteriormente existentes, com o que ficam as mesmas incorporadas e extintas.

São estabelecidas regras para reenquadramento do pessoal e a forma de execução das despesas decorrentes das disposições relatadas.

Sob o aspecto da constitucionalidade da Proposição, verifica-se que a mesma atende aos mandamentos da Constituição Estadual, mais especificamente ao que dispõe o "caput" do Art. 77, que ao estabelecer a composição do Tribunal de Contas, atribui-lhe o exercício das competências previstas no Art. 101 do mesmo Diploma. Constatase que o Art. 101 estabelece a competência privativa do Tribunal de Justiça, para a proposição à Assembleia Legislativa, de matérias que digam respeito, entre outras, à criação e a extinção de cargos e a fixação de vencimentos de magistrados, dos juizes de paz, dos serviços auxiliares e dos juizes que lhe forem vinculados, bem como a alteração da organização e da divisão judiciária.

Estabelecida a devida analogia, verifica-se que, no que esta Comissão é chamada a opinar, é de considerar-se o projeto de lei em condições de ser aprovado, na forma do Substitutivo Geral em anexo.

Sala das Comissões, em 30.06.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 240/98

Art. 1º - Os responsáveis pelos controles internos dos órgãos da administração pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes do Estado ou de seus municípios devem comunicar ao Tribunal de Contas do Paraná quaisquer irregularidades ou ilegalidades das quais tomarem conhecimento, sob pena de serem solidariamente responsabilizados pelas mesmas.

§ 1º - A comunicação de que trata este artigo será regulamentada em provimento próprio.

§ 2º - Verificada em inspeção ou auditoria, ou no julgamento de contas, irregularidade ou ilegalidade que não tenha sido comunicada ao Tribunal, e provada a omissão, o encarregado do controle interno, na qualidade de responsável solidário, ficará sujeito às sanções cabíveis, previstas em lei.

Art. 2º - Qualquer cidadão, partido político, associação ou entidade sindical é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante ao Tribunal de Contas.

§ 1º - O pedido inicial, dirigido ao Corregedor-Geral, deverá conter os seguintes requisitos:

I - Ser redigido em linguagem clara e objetiva.

II - Conter a identificação e qualificação do denunciante e denunciado.

III - Estar acompanhado de prova ou indício seguros da existência da irregularidade ou ilegalidade.

§ 2º - O Corregedor Geral arquivará o pedido no caso de falta de qualquer dos requisitos previstos nos incisos do parágrafo anterior.

§ 3º - Não será conhecida a denúncia, sendo arquivada de plano, se os fatos narrados, no todo ou em parte, constituírem objeto de ação judicial.

§ 4º - A denúncia apresentada por partido político, associação ou entidade sindical, deverá estar acompanhada de autorização da respectiva diretoria.

Art. 3º - O licitante e o contratado são partes legítimas para representar, ao Tribunal de Contas, sobre irregularidades ou ilegalidades em licitações públicas.

Parágrafo Único - Aplica-se à representação, no que couber, o procedimento estabelecido para a denúncia.

Art. 4º - As entidades de direito público ou privado que receberem recursos do Estado a qualquer título, serão obrigadas a comprovar, perante o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a aplicação das importâncias recebidas nos fins a que se destinarem.

§ 1º - A omissão do procedimento previsto neste artigo sujeitará às penalidades e responsabilidades previstas em lei.

§ 2º - A prestação de contas prevista neste artigo dar-se-á nos seguintes prazos:

a) por transferência realizada, no mesmo exercício financeiro ou no subsequente ao dos recebimentos, devendo, neste caso, ser apresentada até 30 (trinta) dias do seu encerramento;

b) até o término da aplicação, por parcela realizada, apresentando-a ao órgão descentralizador dos recursos;

c) até 30 (trinta) dias do término do mandato dos gestores das entidades previstas neste artigo, independentemente dos prazos previstos nas alíneas anteriores e da execução total do objeto das transferências.

Art. 5º - A forma e requisitos para a comprovação de que trata o artigo anterior será regulamentada em provimento do Tribunal de Contas.

Art. 6º - A quitação plena dar-se-á exclusivamente por Certidão Negativa de Pendências, expedida pelo Tribunal de Contas, com validade por 01 (um) ano.

Art. 7º - Das decisões passadas em julgado em processos de tomada de contas caberá pedido de revisão.

Parágrafo Único - Não será admissível a reiteração do pedido, salvo se fundada em novas provas, obedecidos o prazo e condições fixados nos artigos subseqüentes.

Art. 8º - A revisão somente terá por fundamento:

I - Erro de cálculo nas contas.

II - Omissão ou erro de classificação de qualquer verba.

III - Falsidade de documentos em que se tenha fundado a decisão.

IV - Superveniência de documentos novos, com eficácia sobre a prova produzida.

Parágrafo Único - A falsidade de documento demonstrar-se-á por meio de decisão definitiva proferida em Juízo Cível ou Criminal, conforme o caso, ou será deduzida e provada no processo de revisão, garantido o amplo direito de defesa.

Art. 9º - O pedido de revisão será apresentado ao Presidente, em petição fundamentada e documentada pelo dirigente, coordenador ou responsável, ou por seus herdeiros, sucessores ou fiadores ou pela Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas.

§ 1º - O pedido será indeferido pelo presidente, quando não atender às prescrições desta lei.

§ 2º - Deferido, será o pedido processado, facultando-se a produção de novas provas.

§ 3º - Ao final, o pedido será julgado pelo Tribunal Pleno, que manterá a decisão anterior ou, reformando-a no todo ou em parte, determinará as providências cabíveis.

Art. 10 - O prazo para o pedido de revisão é de um ano, contado do trânsito em julgado da decisão.

Art. 11 - Fica instituída na estrutura do Tribunal de Contas a Coordenadoria Geral, subordinada à Presidência, sob a supervisão e responsabilidade de um Coordenador Geral.

Art. 12 - Compete à Coordenadoria Geral, além de outras atribuições que lhe forem conferidas:

I - A coordenação da programação de trabalho das diretorias e coordenadorias.

II - A iniciativa e a coordenação de eventos, seminários, cursos e simpósios de nível local, estadual, nacional e internacional.

III - Supervisionar o planejamento das atividades relativas ao treinamento interno de servidores.

IV - Encaminhar à Presidência, proposta de inscrição de servidores em cursos e eventos afins, de caráter externo.

V - Coordenar e supervisionar a elaboração de documentos técnicos, textos, publicações e atividades congêneres.

VI - Planejar e controlar, sob a supervisão do Presidente, as atividades globais do Tribunal de Contas.

VII - Supervisionar a programação das atividades da Fundação Escola de Administração Pública Municipal.

Art. 13 - A Coordenadoria Geral será integrada por servidores do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, graduados nas áreas afins de sua competência.

Art. 14 - O Tribunal de Contas do Estado do Paraná, poderá firmar acordos de cooperação com organismos nacionais e internacionais, para fins de implementação e aprimoramento de suas atividades institucionais.

Art. 15 - Fica instituída na Estrutura do Tribunal de Contas a Coordenadoria de Auditoria de Operações de Crédito Internacionais - CAOCI, subordinada diretamente à Presidência com a composição e atribuições definidas em provimento próprio.

Parágrafo Único - Fica criado um cargo de provimento em comissão de Coordenador da Coordenadoria de Auditoria de Operações de Crédito Internacionais, de simbologia DAS-3.

Art. 16 - Compete à Coordenadoria de Auditoria de Operações de Crédito Internacionais, realizar auditorias em operações de crédito contraída pelo Estado do Paraná junto a organismos financeiros internacionais.

§ 1º - Para a realização de suas atribuições, a Coordenadoria de Auditoria de Operações de Crédito Internacionais, disporá de servidores do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, graduados em Administração, Ciências Contábeis, Economia, Engenharia e Direito, integrados em equipes multidisciplinares.

§ 2º - No exercício de suas atribuições, a CAOCI obedecerá às normas de auditoria internacionalmente aceitas, integrantes das disposições das organizações afetas à área.

Art. 17 - Compete, exclusivamente, à Coordenadoria de Auditoria de Operações de Crédito Internacionais, todas as atribuições de fiscalização do Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, do Serviço Social Autônomo PARANAEDUCAÇÃO e

de quaisquer outras organizações sociais, agências autônomas ou serviços análogos que venham a ser instituídos no âmbito do Estado do Paraná.

§ 1º - No exercício da competência de que trata este artigo, a CAOCI observará o disposto no § 2º do artigo 16 da presente Lei.

§ 2º - O relatório de auditoria relativo às entidades previstas neste artigo será este encaminhado à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 18 - Fica assegurada à Coordenadoria de Auditoria de operações de Crédito Internacionais, no desempenho de suas atribuições, independência técnica nos pareceres e relatórios elaborados.

Art. 19 - Compete ao Presidente do Tribunal de Contas editar os atos necessários à atividade da Coordenadoria de Auditoria de Operações de Crédito Internacionais e, privativamente, determinar a realização das auditorias de que trata o Art. 16, cujos relatórios serão dirigidos à Presidência para posterior encaminhamento.

Art. 20 - Fica instituída na estrutura do Tribunal de Contas a Coordenadoria de Planejamento, subordinada diretamente à Presidência com a composição e atribuições definidas em provimento próprio.

Parágrafo Único - Fica criado um cargo de Coordenador de Planejamento, de simbologia DAS-3.

Art. 21 - Compete à Coordenadoria de Planejamento, entre outras atribuições que lhe forem destinadas, especialmente:

I - Desenvolver projetos na área do planejamento estratégico, viabilizando a elaboração do plano de ação do Tribunal de Contas e de seus planos setoriais.

II - Proceder à coleta, compatibilização e consolidação de dados objetivando a criação do respectivo banco, a emissão de parecer analítico e confecção de relatórios das atividades desenvolvidas pelo Tribunal de Contas.

III - Executar as tarefas de apoio logístico à Presidência, no que couber.

IV - Prestar apoio técnico na área de criação e processamento de imagens, a todas as unidades administrativas do Tribunal de Contas.

V - Executar, no que lhe couber, as atividades relativas ao Programa de gestão pela Qualidade Total do Tribunal de Contas.

Art. 22 - A composição e regulamentação das atribuições da Coordenadoria de Planejamento serão procedidas mediante ato próprio do Presidente do Tribunal.

Art. 23 - Os Auditores do Tribunal de Contas, nos casos de vacância do cargo, serão substituídos provisoriamente por servidores integrantes de carreiras privativas de nível superior, de escolha do chefe do Poder Executivo, que preencham os mesmos requisitos exigidos para o exercício do cargo, pelo seu titular.

Art. 24 - O cargo de Secretário de Sessão, DAS-5, do Grupo Ocupacional I, constante do Anexo I, da Lei nº 9.436, de 9 de novembro de 1990, fica transformado em Secretário de Sessão do Conselho Superior, com a mesma simbologia.

Parágrafo Único - Fica criado um cargo de Secretário de Sessão do Tribunal Pleno, de provimento em comissão, simbologia DAS-4.

Art. 25 - O vencimento básico do pessoal efetivo do quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, passa a ser o vigente da Tabela constante do Anexo II da presente Lei.

§ 1º - O enquadramento dos servidores ativos e inativos fica definido no anexo I da presente Lei.

§ 2º - Fica assegurada aos servidores ativos e inativos a percepção de remuneração ou proventos, observando o princípio da irredutibilidade.

Art. 26 - O vencimento básico, aplicável a remuneração ou provento de aposentadoria, fixado na forma do Anexo II, absorve e incorpora a gratificação concedida pela Resolução nº 6.923/86-TC, de 10 de junho de 1986, bem como quaisquer gratificações que estejam sendo percebidas em desacordo com a legislação vigente, não sendo admitida a postulação administrativa ou judicial que objetive sua reaplicação.

Art. 27 - O reenquadramento dos atuais servidores pertencentes aos Grupos Ocupacionais III, IV e V, observada a equivalência com suas respectivas remunerações ou proventos atuais, será procedido mediante ato do Presidente do Tribunal de Contas.

Parágrafo Único - Na reclassificação de que trata este artigo será observada a correlação anteriormente existente entre nível/referência, no que couber, respeitadas as atuais distribuições de carreira do nível 2 para o nível G.

Art. 28 - O servidor somente poderá ter promoção ou progressão em sua carreira, ao nível subsequente, desde que atinja a última referência do nível em que se encontrar.

Parágrafo Único - Fica vedada a concessão de qualquer promoção ou progressão, durante o prazo de um ano, contado a partir da vigência desta lei.

Art. 29 - A gratificação pelo cumprimento do Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva incidirá sobre o valor do vencimento básico.

Art. 30 - Os valores dos vencimentos fixados nesta lei serão corrigidos automaticamente de acordo com os reajustamentos do funcionalismo público estadual até a data de sua entrada em vigor.

Art. 31 - A redação do "caput" do Art. 5º, da Lei nº 5.615, de 11 de agosto de 1967, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 5º - O Presidente, o vice-Presidente e o Corregedor Geral serão eleitos por seus pares para

uma gestão correspondente ao período de 2 (dois) anos".

Art. 32 - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentária próprias do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 33 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando mantidas as disposições legais que não conflitarem com o aqui disposto, inclusive para os cargos criados e transformados.

Sala das Comissões, em 30.06.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ANEXO I
DESLOCAMENTO NA CARREIRA
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

	INICIAL	FINAL
Analista de Sistema	E1	G11
Assessor de Engenharia	E1	G11
Assessor Jurídico	E1	G11
Bibliotecário	D1	F10
Técnico de Controle Administrativo	E1	G11
Técnico de Controle Contábil	E1	G11
Técnico de Controle Econômico	E1	G11
Médico	D1	F10
Odontólogo	D1	F10
Psicólogo	D1	F10
Revisor Assistente	D1	F10

GRUPO OCUPACIONAL ATIVIDADES DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO

	INICIAL	FINAL
Auxiliar Administrativo	A1	C6
Auxiliar de Controle	A9	D2
Datilógrafo	A5	C10
Motorista	A1	C1
Oficial de Controle	B1	D9
Programador de Computador	B1	D6
Taquigrafo	D1	F5

ANEXO II
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
NÍVEIS DE VENCIMENTO

NÍVEL REF.	A	B	C	D	E	F	G
01	560,00	656,61	769,88	902,69	1.058,40	1.240,93	1.454,96
02	568,16	666,17	781,10	915,84	1.073,82	1.259,01	1.473,04
03	576,44	675,88	792,48	929,19	1.089,47	1.277,36	1.491,38
04	584,84	685,73	804,03	942,73	1.105,34	1.295,97	1.509,99
05	593,36	695,72	815,74	956,47	1.121,44	1.314,85	1.528,87
06	602,01	705,86	827,63	970,41	1.137,78	1.334,01	1.548,03
07	610,78	716,15	839,69	984,55	1.154,36	1.353,44	1.567,47
08	619,69	726,59	851,93	998,90	1.171,18	1.373,16	1.587,19
09	628,72	737,18	864,35	1.013,45	1.188,24	1.393,17	1.607,19
10	637,88	747,92	876,94	1.028,22	1.205,55	1.413,47	1.627,49
11	647,17	758,82	889,72	1.043,21	1.223,11	1.434,06	1.648,08

COMISSÃO DE FINANÇAS
 PROJETO DE LEI Nº 240/98

P A R E C E R :

O presente plano de lei de autoria do Tribunal de Contas do Estado, objetiva regulamentar as disposições do art. 78, da Constituição Estadual, e dá outras providências.

Sobre a matéria podemos constatar a existências de pronunciamento favorável, da Comissão de Constituição e Justiça, quanto aos aspectos legal, constitucional e regimental.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o Regimento Interno, entendemos não existir nenhum impedimento quanto a sua nor-

mal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Sendo assim, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma da Emenda Substitutiva da Comissão de Constituição e Justiça.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 30.06.98.

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

Sobre o mesmo projeto, Requerimento nº 1247, de autoria dos Senhores Deputados Beto Richa, Orlando Pessuti, Luiz Carlos Aborghetti e demais Senhores Deputados, constante do expedi-

ente de sessão anterior, solicitando seja transformado em Comissão Geral. **Prejudicado.**

Não há necessidade de colocar em votação esse segundo requerimento, já que ele teve parecer da Comissão de Constituição e Justiça, presidida pelo Deputado Joel Coimbra, integrada por todos os Senhores Parlamentares, representados pelos partidos políticos com assento nesta Casa.

Para encaminhar a votação 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 240/98, concedo a palavra ao Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esse projeto, a própria súmula diz, regula a disposição do Art. 78 da Constituição Estadual e dá outras providências. Quero chamar mais a atenção sobre as outras providências que estão sendo colocadas. Pelo menos dois cargos novos estão sendo pleiteados e se aprovada a lei serão aprovados junto àquele Tribunal.

A outra questão no projeto original ganhou o Art. 22 e creio que no Substitutivo do Deputado José Tavares, aprovado na CCJ, deve ser o Art. 23, mas no original é 22, que passo a ler: "Art. 22: os auditores do Tribunal de Contas, nos casos de vacância do cargo, serão substituídos provisoriamente por servidores integrantes das carreiras privativas de nível superior de escolha do chefe do Poder Executivo, que preencham os mesmos requisitos exigidos para exercício do cargo, pelo seu titular."

O que significa isso? O cargo de auditor que estiver vago ou que vier a ser vago será preenchido provisoriamente, a lei não diz, mas creio que é por dez anos ou talvez, dez meses, por servidores integrantes do Tribunal. É um artigo inconstitucional e hoje estamos analisando a constitucionalidade, porque desvia funcionários de função. Ele foi contratado, prestou concurso público para determinada função e esse artigo 22, entendemos que é inconstitucional porque vai passar a exercer este cargo que não se submeteram ao concurso público para o exercício desta função, no Tribunal. Isso é inconstitucional e teve meu voto contrário na Comissão, como tem agora, neste Plenário.

Chamo a atenção, apesar dos esclarecimentos do Tribunal do Contas, dos técnicos, que o atual montante dispendido na folha de pagamento será mantido o mesmo. Este foi o esclarecimento, porém nada mais do que esclarecimento pois não recebemos nenhuma documentação sobre isso. Mas o Anexo II traz uma tabela onde demonstra que o vencimento básico não será o mesmo, terá um reajuste, um percentual de reajuste no vencimento básico. E se diz que isso aí será compensado diminuindo, em função dos cálculos-base o tempo de dedicação integral ao serviço, que aliás também é

um questionamento que fazemos porque precisa ver se todos recebem a dedicação integral ou não, porque se nem todos recebem aqueles que não recebem terão seu reajuste salarial.

Estes são os registros que quero fazer e o registro do meu voto acompanhando o da C.C.J..

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Em votação o requerimento de preferência.

Aprovado.

Em votação o projeto. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação do restante da matéria, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 253/98, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que institui a Região Metropolitana de Maringá e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Em votação.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, trata-se de projeto de lei complementar apresentado pelo nobre Deputado Joel Coimbra, de nº 253/98, portanto sendo projeto de lei complementar, exige quórum qualificado, mas não é esse o assunto que queremos abordar.

Neste momento, dizer que nós, da Bancada do PMDB, somos favoráveis a este projeto, até porque conhecemos, bem de perto o desenvolvimento da Cidade de Maringá e das cidades vizinhas àquela que, sem dúvida nenhuma, poderíamos chamar de "Capital do Noroeste Paranaense".

Maringá vem experimentando, ao longo desses seus 50 anos ou pouco mais, de existência, um desenvolvimento realmente à altura e nos planos dos pioneiros e dos colonizadores que lá chegaram.

Por esta razão e em decorrência de já termos, nesta Casa, dado esta condição de região metropolitana à região de Londrina, "Capital do Norte do Paraná", nada mais justo que façamos em relação à Cidade de Maringá, atribuindo a ela esta condição de ser a sede de uma Região Metropolitana no Noroeste do nosso Estado.

Não tenho nenhuma dúvida, de que implantada a Região Metropolitana de Maringá, haverá de ser providenciadas uma série de ações regionais, providenciados recursos para que aquela região possa se desenvolver ainda mais e atender bem as necessidades e as aspirações do povo da Região Noroeste do nosso Estado.

Por essa razão, a Bancada do PMDB, com todos os seus integrantes, vota favoravelmente ao

projeto de lei complementar do Deputado Joel Coimbra, que cria a Região Metropolitana de Maringá.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Aprovado o Projeto nº 253/98 por unanimidade.

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 502/97, de autoria do Deputado Sérgio Spada, que dispõe sobre a atividade de Despachante de Trânsito perante o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J. E EMENDA ADITIVA AO SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO, APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado o Substitutivo Geral.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de lei nº 633/97, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, que dispõe sobre a anistia aos servidores públicos estaduais e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DE PLENÁRIO APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Apreciar neste turno emenda de Plenário aprovada em 2ª discussão. Em votação. Em discussão.

Aprovado.

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 734/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 104/97, que considera como áreas especiais de interesse de turismo e locais de interesse turístico, as áreas e localidades situadas nos Municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Morretes e Pontal do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. EMENDA DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DE PLENÁRIO APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Apreciar neste turno Emenda de Plenário Aprovada em 2ª Discussão. Há Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, com apoioamento dos Srs. Deputados Nereu Moura, José Maria Ferreira, Ângelo Vanhoni e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três)

sessões do Projeto de Lei nº 734/97. Em votação o requerimento. Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, conservem-se como estão. **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI

Chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Vai se proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nelson Garcia)

(Prossegue a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Responderam à chamada nominal vinte e três Deputados. **Não há quórum para a discussão.**

Encerrada a discussão.

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 098/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 011/98, que dispõe sobre a criação do sistema integrado de gestão e proteção dos mananciais da Região Metropolitana de Curitiba, conforme especifica. COM PARECER DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. EMENDAS DE PLENÁRIO, COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA C.C.J., APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Encerrada a discussão.**

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 209/98, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça que cria o Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná, com a finalidade de prover recursos para a implementação de sua política institucional, inclusive no pertinente à Defesa da Pessoa Portadora de Deficiência, Proteção dos Direitos do Idoso e da Infância e Juventude. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. EMENDA DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO. **Encerrada a discussão.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 050/98, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que proíbe a aplicação de tatuagem permanente em menor de 18 anos de idade, sem autorização dos pais ou responsáveis e dá outras providências.

COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P. **Encerrada a discussão.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 208/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 023/98, que aprova crédito suplementar de R\$9.860.000,00 (nove milhões, oitocentos e sessenta mil reais), ao Orçamento do Departamento de Trânsito, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F. **Encerrada a discussão.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1269, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, com apoio dos Senhores Deputados Nereu Moura, José Maria Ferreira, Ângelo Vanhoni e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimento nº 1273, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

De acordo com o § 3º, do Artigo 2º, do Regimento Interno, o Período Ordinário não será encerrado enquanto não for votado a LDO. Apelo aos Senhores Deputados para que compareçam ainda nesses primeiros dias, para que possamos votar a Lei de Diretrizes Orçamentária. Sem isso, não se encerra o Período Ordinário.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 01, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

EM VOTAÇÃO:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 734/97, 098 e 209/98.

EM VOTAÇÃO:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 050 e 208/98.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 432, 502, 633, 679/97, 065, 144 e 244/98.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 240/98;

e do Projeto de Lei Complementar nº 253/98.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de lei nºs 047, 110, 187, 189, 193, 201, 204, 224 e 252/98.

Levanta-se a sessão.